

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

O ganhador da proposta não tem o cnae específico, para fabricar uniforme sob medidas, solicito-vos que o mesmo comprove a habilitação

Fechar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

solicito-vos a manifestação do ganhador da proposta, em via que o mesmo não possui cnae de produção de roupas sob medida , como o pregão enfatiza que as roupas serao sob medida cabe o mesmo comprovar o real enquadramento da atividade economica

Fchar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

A empresa JCD COMERCIO ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 41.840.518/0001-10, situada na Rua VINTE E UM DE ABRIL, nº 1570, bairro Afogados, Recife/ PE, vem tempestivamente, e respeitosamente, requerer ao egrégio órgão a recusa do recurso da empresa Nubia Teixeira da Maia 01990792189, tendo em vista que o órgão já havia informado à licitante que a contestação seria improcedente.

A JCD possui mais de um CNAE necessário para a produção do item interposto, já havendo fornecido o mesmo material (Boné) para diversos órgãos, como 1 mil unidades para o TRT-PE, para o Exército Brasileiro, DNIT etc. (podendo ser comprovado por meio de Notas Fiscais).

Não obstante, acreditamos que a empresa Nubia Teixeira da Maia, tenha a intenção de causar morosidade ao processo de compra, observando-se que a própria empresa possui igualmente os CNAEs da JCD COMERCIO, não possuindo nenhum a mais nessa linha de fornecimento.

Pode ser verificada a linha de fornecimento da JCD de acordo com a documentação anexada antes do início do pregão eletrônico.

47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios .

14.12-6-03 - Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas.

14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

14.13-4-03 - Fecção de roupas profissionais

47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.

Fechar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0005025-37.2022.6.05.8000
INTERESSADO : NUP
ASSUNTO : Recurso. Pregão nº 70/2022.

PARECER nº 274 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa NUBIA TEIXEIRA DA MAIA (doc. nº 2177886) contra a decisão do Pregoeiro que, no Pregão nº 70/2022, declarou vencedora, para o item 20, a empresa NASCÉLIO BARBOSA ALVES.

2. De forma sucinta, aduz a Recorrente: *"solicito-vos a manifestação do ganhador da proposta, em via que o mesmo não possui cnae de produção de mesmo comprovar o real enquadramento da atividade economica"*.

3. No prazo de contrarrazões, a Recorrida se manifestou, nos seguintes termos (doc. nº 2177901):

"A empresa JCD COMERCIO ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 41.840.518/0001-10, situada na Rua VINTE E UM DE ABRIL, nº 1570, bairro Afogados, Recife/ PE, vem tempestivamente, e respeitosamente, requerer ao egrégio órgão a recusa do recurso da empresa Nubia Teixeira da Maia 01990792189, tendo em vista que o órgão já havia informado à licitante que a contestação seria improcedente. A JCD possui mais de um CNAE necessário para a produção do item interposto, já havendo fornecido o mesmo material (Boné) para diversos órgãos, como 1 mil unidades para o TRT-PE, para o Exército Brasileiro, DNIT etc. (podendo ser comprovado por meio de Notas Fiscais).

Não obstante, acreditamos que a empresa Nubia Teixeira da Maia, tenha a intenção de causar morosidade ao processo de compra, observando-se que a própria empresa possui igualmente os CNAEs da JCD COMERCIO, não possuindo nenhum a mais nessa linha de fornecimento.

Pode ser verificada a linha de fornecimento da JCD de acordo com a documentação anexada antes do início do pregão eletrônico.

47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios .

14.12-6-03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas.

14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

14.13-4-03 - Facção de roupas profissionais

47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente."

4. Por seu turno, o Pregoeiro sustentou que "afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório", e, ao final, concluiu pela improcedência do Recurso, após discorrer longamente acerca da específica motivação recursal, citando, para tanto, posicionamentos doutrinários e decisões de Tribunais, bem como opinativo de nossa lavra (Parecer nº 106/2017), nos quais se baseou a fim de manter a classificação da empresa NASCÉLIO BARBOSA ALVES (doc. nº 2178009). Na ocasião, juntou aos autos consulta em que se revelam as *"linhas de fornecimento"* da Recorrida, com respectivos códigos (doc. nº 2177908).

É o breve Relatório.

5. De fato, a questão já foi enfrentada nesta Casa, e, de modo semelhante ao ocorrido no PAD nº 2829/2015, hoje migrado para processo SEI nº 0002930-78.2015.6.05.8000, vamos ao encontro da manifestação do Pregoeiro, para afirmar, tal qual feito no Parecer nº 106/2017 (doc. nº 1445432), que *"a compatibilidade entre o ramo de atividade da pessoa jurídica e o objeto da licitação não pode ser interpretada de forma restritiva"*, e ainda, que *"a existência de previsão genérica, condizente com a atividade licitada, é suficiente para atender o requisito de habilitação jurídica"*.

5.1. Inquestionável, então, não ter havido qualquer equívoco na decisão que, neste particular, habilitou e sagrou vencedora a empresa BARBOSA ALVES. Da atenta leitura da *linha de fornecimento* da licitante, é possível observar total pertinência das descrições ali constantes com o item em relação ao qual se insurge a Recorrente (item 20, *boné*).

6. A reforçar nosso entendimento, vejamos outros trechos do parecer referência, citado pelo Pregoeiro:

"13. Entretanto, o cotejo dos documentos, para fins de habilitação (em sentido amplo), deve ser analisado sob o prisma da finalidade e da garantia da ampla competitividade

no certame, como regra.

14. Nessa linha, a ausência no contrato social do específico objeto do certame, por si só, não deve acarretar a inabilitação da empresa. O que se recomenda e se objetiva é que, ao menos, haja compatibilidade do objeto social da empresa com o objeto lícitado. E é isso que enxergamos no presente caso.

15. Na mesma linha, Julieta Mendes Lopes Vareschini:

"A compatibilidade entre o ramo de atividade da empresa e o objeto do contrato administrativo não pode ser interpretada de forma restritiva. (...)

(...), a falta de previsão expressa no contrato social da atividade objeto de contratação não pode excluir a empresa de pronto, uma vez que a simples 'existência de harmonia entre o objeto lícitado e o constante como fim social da sociedade a credencia para figurar na posição de contratada do Poder Público, ainda que o ato constitutivo não preveja textualmente a atividade relativa ao objeto."

(...)

17. Ante o exposto, julgamos acertada a decisão do Pregoeiro quanto entendeu comprovada a exigência editalícia no quesito *habilitação jurídica*, especificamente quanto à comprovação de *objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação*, ainda que, naquele momento não se conhecesse todas as descrições constantes do CNAE".

7. Nesta linha, o Prof. Jacoby Fernandes discorreu com muita clareza sobre a matéria, valendo a pena parcial transcrição¹:

" (...) A CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior articulação intersistemas. A definição e atualização das subclasses são atribuições da Subcomissão Técnica para a CNAE – Subclasses, organizada no âmbito da CONCLA, sob a coordenação de representante da Secretaria da Receita Federal e com a participação de representantes da administração tributária das esferas estadual e municipal e do IBGE.

Em face dessa orientação, tem-se que a CNAE é a classificação nacional de atividade econômica composta de dígitos, que descrevem qual é a atividade econômica prestada pela empresa.

Esse tema está intimamente ligado às licitações públicas, uma vez que alguns editais de licitação vêm exigindo a apresentação da CNAE para comprovar que a licitante atua ou é especializada no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação. A Lei nº 8.666/1993, no § 9º do art. 22, exige a pertinência entre o objeto lícitado e o ramo de atividade, o que justifica essa exigência editalícia.

Ocorre que, repetidamente, surgem questionamentos quanto à legalidade de exclusão de empresa com o fundamento de que a CNAE da empresa vencedora ou participante não era específica como solicitado pelo edital de licitação.

Diante disso, é necessário pontuar que, pode-se interpretar que restringir a participação do licitante pelo motivo de ausência da CNAE específica fere o princípio da competitividade.

(...)

Para corroborar as observações, apresenta-se o Acórdão nº 1203/2011 do TCU. Nesse caso, ocorreu o impedimento de participação de empresa apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não pertinente à atividade lícitada, embora houvesse grande proximidade entre ambas.

O relator do processo na análise argumentou o seguinte:

Impedir que uma empresa participasse do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave. Além disso, e principalmente, a empresa [...] apresentou seu Contrato Social onde fica bastante claro que atua no ramo de transporte de passageiros e de cargas.

Entendemos que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma

empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro.

Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para impedir a participação da empresa Dantas, como acabou por ocorrer.

Corroborar o entendimento da Corte de Contas o Acórdão nº 42/2014 — Plenário, que ressaltou em um dos seus excertos o seguinte:

Considerando que diante do decidido no precedente [Acórdão 1.203/2011 – Plenário](#), segundo o qual o CNAE não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo o contrato social, o Relator determinou a realização de diligência ao Senac/MG, com vistas à obtenção de cópia do contrato social da licitante vencedora da licitação, bem assim, objetivando o envio de outras informações[...].

No mesmo sentido, a Receita Federal já deu entendimento de que o objeto social da empresa deve prevalecer sobre o código da CNAE:

EMENTA: SIMPLES NACIONAL. OPÇÃO. INDEFERIMENTO. ATIVIDADE VEDADA. PREVALÊNCIA DO OBJETO SOCIAL SOBRE O CÓDIGO DA CNAE. O objeto social, para efeito de certificação da atividade econômica explorada, prevalece sobre o código da CNAE. É insubsistente o Termo de Indeferimento de Opção pelo Simples Nacional apoiado numa suposta base fática anunciada neste último, quando o objeto social aponta para outra realidade.

Diante disso, ressalta-se que não haveria *a priori* lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social."

8. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa NUBIA TEIXEIRA DA MAIA (doc. nº 2177886), mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora no Pregão nº 70/2022, para o item 20, a empresa NASCÉLIO BARBOSA ALVES.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSES.D.

1. Disponível em <https://jacoby.pro.br/site/cnae-como-hipotese-de-restricao-em-licitacoes-publicas/>



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 21/11/2022, às 18:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2186474** e o código CRC **D885859D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0005025-37.2022.6.05.8000
INTERESSADO : ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
ASSUNTO : Decide recurso e homologa a licitação

DECISÃO nº 2191910 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *aquisição de trajes operacionais para os Agentes da Polícia Judicial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 70/2022 (doc. n.º 2145018).

Realizada a sessão pública, foi apresentado recurso contra a decisão do Pregoeiro (doc. n.º 2177886).

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), após análise das peças recursais, opinou pela improcedência do recurso (doc. n.º 2186474).

Deste modo, lastreado no Parecer n.º 274/2022 da ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, **julgo improcedente** o recurso interposto pela empresa NUBIA TEIXEIRA DA MAIA, mantendo-se a decisão do Pregoeiro que declarou a empresa NASCÉLIO BARBOSA ALVES vencedora do item 20.

Ademais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSED (doc. n.º 2191223), com base nos art. 4º, XXII, da Lei n.º 10.520/02, art.13, VI e VII, e art. 48, do Decreto n.º 10.024/2019 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 26/2022, **homologo** o Pregão n.º 70/2022, determinando a convocação das empresas adjudicatárias, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão (docs. n.ºs 2176140, 2176144, 2176161 e 2182651), a saber:

- HABIB DECORACOES DE ITAJUBA LTDA , CNPJ 03.851.189/0001-14, para os itens 2 e 7, no valor total de R\$3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).
- GRIFO QAP COMERCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA , CNPJ 27.495.602/0001-13, para os itens 5 e 21, no valor total de R\$6.312,30 (seis mil trezentos e doze reais e trinta centavos).
- LEONARDO GOMES DE AGUIAR 81102771104, CNPJ 37.278.582/0001-82, para os itens 15, 18 e 19, no valor total de R\$2.902,82 (dois mil novecentos e dois reais e oitenta e dois centavos).
- NASCELIO BARBOSA ALVES 08589362400, CNPJ 41.840.518/0001-10, para os itens 6, 9, 10, 11, 12, 14 e 20 no valor total de R\$10.675,46 (dez mil seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).
- NUBIA TEIXEIRA DA MAIA 01990792189, CNPJ 47.620.121/0001-08, para os

itens 8 e 13, no valor total de R\$16.498,00 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e oito reais).

Declaro **deserto** o certame com relação aos itens 16 e 17, bem como fracassado para os itens 1, 3, 4 e 22.

Isto posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para demais providências.
- à ASSEGIN/ASEGU, para conhecimento e adoção de pertinentes medidas quanto aos itens desertos e fracassados.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 25/11/2022, às 12:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2191910** e o código CRC **E3A4BBD8**.

0005025-37.2022.6.05.8000

2191910v22